

SINDICATO NA LUTA

XXIII CONFASUBRA

MAIS DE 1000 DELEGADOS DELIBERAM SOBRE OS RUMOS DA CATEGORIA



Crédito da foto: Camilla Albuquerque



**O GOLPE E A
CONJUNTURA
NO BRASIL É
TEMA DE
DISCUSSÕES
NO CONFASUBRA
PÁGINA 5**



**CONGRESSO
DELIBERA PELA
CRIAÇÃO DA
COORDENAÇÃO
DE POLÍTICAS
LGBT
PÁGINA 7**

g ê n e r o

GÊNERO, SEXUALIDADE, O COTIDIANO E AS (IM)POSSIBILIDADES DE PENSAR



Claudia Penalvo



Marcio Rodrigo Vale Caetano

Pesquisadores/as do Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidades, Currículos e Culturas

Desde 1928 a legislação brasileira prevê a educação sexual na escola, porém com característica higienista. Apesar de todo um trabalho realizado desde a efervescência dos anos de abertura política e do surgimento da epidemia de Aids, que trouxeram avanços em discussões sobre os temas gênero e sexualidade, a sociedade acabou por se organizar em torno de políticas identitárias, o que levou a um entendimento que reforça a compreensão binária dessas identidades. Assim, há necessidade de questionar a centralidade dessa identidade fixa que reforça a ideia de homem universal: branco, proprietário e judaico-cristão e essa figura só existe no sistema heteronormativo.

Ao fazermos o questionamento da centralidade, estamos desconstruindo os excêntricos, ou aqueles que estão fora do centro: o/a homossexual, negros, mulheres etc. Portanto, é preciso reconhecer que o foco em um grupo específico pode ofuscar as causas estruturais das desvantagens de muitos outros grupos em posição subalterna na sociedade. A redução ou simplificação da homossexualidade como um estilo de vida, por exemplo, ou a uma identidade pré-fabricada, também pode colaborar para acomodar as lutas da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) ao status quo. Com isso, se perde o potencial político de enfrentamento da opressão e da dominação. Aqui, o que está em jogo é o fato de que o entendimento sobre os modos de ser e estar no mundo de forma alternativa pode restringir o alcance das transformações desejadas e esvaziar o sentido político, de transformação coletiva.

A partir do entendimento de que a sexualidade não existe fora da experiência, fora de uma história e fora de uma cultura e de uma sociedade, não faz sentido pensar sexo e sexualidade fora desse contexto maior. Pois a produção desse entendimento é política, a partir de um jogo de verdades. É preciso reconhecer a com-

plexidade do ser e a pluralidade dos saberes para ajudar a construir uma nova cultura política que tenha como premissa o reconhecimento da diferença. Reconhecer a diferença articulando com respeito de valores universais, buscando fazer frente a um sistema que busca a homogeneização através da domesticação de mentes e corpos.

Deborah Britzman (2013) afirma que o direito à liberdade de exercer a sexualidade se compõe de pequenas ações cotidianas, mas de profundo significado na organização sociopolítica da democracia: o direito a possibilidade de se inventar, o direito a elaborar e executar o que lhe dar prazer e constituir de forma singular o modo de estar no mundo, o direito a dignidade e a informações adequadas às necessidades de construção das experiências, a formulação de infinitas perguntas e a obtenção de perguntas como respostas, a adesão ao que socialmente lhe fascina, a curiosidade sobre o desconhecido e, sobretudo, o direito de amar e, com o amor, transformar os dogmas do mundo. Essa autora insiste em afirmar que a conduta sexual é uma prática e, ao tentarmos fixar identidades sexuais, acabamos por não compreender essa premissa. A conquista dos

direitos exige condições básicas de vida e estão diretamente atravessadas pela cidadania: comida, roupa, moradia, educação, saúde, democracia, prazer, liberdade, autoestima e satisfação. Como advertiu Jeffrey Weeks:

[...] una democracia sexual necesariamente implica un proceso más amplio de democratización en que se dismantelen definitivamente las barreras que restringen el potencial y el crecimiento individuales: las barreras de explotación económica y divisiones de clase, opresión racial y desigualdades de género, autoritarismo moral y desventaja educativa, pobreza e inseguridad. Esto no implica que desaparecerán o deberían desaparecer las dificultades reales, las divisiones reales de necesidades e intereses, los conflictos reales de prioridad e de deseo. Al contrario, la meta debería ser lograr el máximo de medios por los cuales estas diferencias y conflictos pueden resolver-

se democráticamente (WEEKS, 1998, p. 121-122).

Entender de forma mais ampla a realidade da educação pública no Brasil e no mundo também faz parte da promoção de uma escola que busque autonomia e cidadania e, consequentemente, do combate ao sexismo e à homofobia. Mas essa posição precisa estar fundamentada em estudos, em participação da comunidade escolar e em diálogo constante para a construção de uma escola democrática e inclusiva de todos os saberes que compõem a sociedade.

Importante lembrar que ao discutir gênero precisamos discutir racismo, classismo etc., porque são fios enredados, engendrados que sustentam uma lógica de exclusão, de estigma e de preconceito. Pensar para que se possa entender que a homofobia, (junto com racismo e sexismo), enquanto processo que se sustenta na construção social do gênero e na regulamentação social dos usos do corpo para o prazer sexual, precisa ser desnaturalizada e merece ser tratada no coletivo de forma a enfraquecer condutas sexistas e homofóbicas, nos levando a uma sociedade capaz de reverter a lógica de produção binária e hierárquica de vidas.

Ao longo dessa discussão podemos perceber o quanto a dimensão política da vida se faz presente na construção dos conceitos apresentados pelas/os autoras e autores em cena. Apontam para a necessidade histórica de alavancarmos lutas em favor da produção da diferença de si e do outro. Essas lutas trazem problematização sobre a organização social existente e, também, sobre o que pode vir a ser construído. É necessário, então, que se faça presente uma ação política, ou seja, irmos além da investigação dos modos de viver e imprimirmos o produto das invenções subjetivas no cotidiano das relações sociais. No caso, nas relações sociais na escola. Cabendo a complexa tarefa de acolher a diferença como parte integrante da vida. Entendendo diferença a partir da qual o outro, em diferencia-

ção e na dimensão mais viva, possa existir sem ser reduzido a um executor de normas universalizadas. Isso implica entender a subjetividade, os modos de subjetivação e o sujeito como construções que não se fecham em entidade pacífica. A experiência da desestabilização, sistematicamente repetida ao longo de toda existência, é efeito de um processo que nunca cessa e que faz da subjetividade sempre um outro, um si e não si ao mesmo tempo. E isso tem tudo a ver com ética.

Nessa linha de pensamento, a transversalidade é o oxigênio para manter vivo o humano. Quanto mais investimos nesta transversalidade, de braços dados com o trágico e envolvendo-nos com a cultura, maior o rigor e o vigor de nossa produção. Ir contra a lógica binária, que nos coloca em um lugar de submissão ao outro através do controle e da dependência, é ir contra “uma forma de poder que subjuga e submete”, segundo Guacira Lopes Louro (2000). A professora faz referência às práticas pedagógicas feministas, as quais entendem o público com limites amplos, incluindo escolhas, sexualidade, vida familiar, pois tudo isso é do âmbito do político, indo além do privado. Afirma, ainda, que é preciso problematizar a constituição dos polos, podendo subverter o pensamento... o conhecimento, o currículo... a escola. Buscarmos por um novo conceito de sujeito, mas que esteja repleto de realidades. E, conhecendo os arranjos e os jogos, podemos desarticulá-los ou desconstruí-los. Viver no permanente trabalho político, promovendo a crítica radical e a insurreição constante, as pequenas revoltas diárias.

REFERÊNCIAS:

BRITZMANN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 83-111.

LOURO, Guacira L. *Currículo, gênero e sexualidade*. Porto: Porto Editora, 2000. 111 p.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. LOURO, Guacira L. (org.). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 35-81.

editorial

XXIII CONFASUBRA DOS DEBATES ÀS ELEIÇÕES PARA NOVA DIREÇÃO: QUAIS OS RUMOS PARA A CATEGORIA?



VISÃO GERAL DA PLENÁRIA

A APTAFURG/sindicato, esteve presente no XXIII CONFASUBRA, realizado em Poços de Calda, MG, no período de 6 a 11 de maio/2018, com uma bancada de 14 delegada(o)s. O congresso reuniu mais de 1200 técnicos administrativos em educação, de universidades e institutos tecnológicos, dentro dos quais 1124 possuíam delegação de seus respectivos sindicatos. Sem sombra de dúvidas, um encontro com enorme representatividade do conjunto da categoria. Portanto, um espaço de debate e formulação de política absolutamente legitimado pelas bases. E isto não é pouca coisa. Poucas são as categorias que dão

conta de reunir, durante 6 dias, tamanha representação. Seguindo esta linha, a Aptafurg/sindicato inovou ao transmitir ao vivo o XXIII CONFASUBRA, apresentando entrevistas, fazendo debates com delegadas e delegados a partir de seu programa de rádio Paralelo 30 e colocando no ar, ao vivo, a realização das plenárias.

Elemento importante do XXIII CONFASUBRA foi a eleição da nova direção da Federação. E aqui reside uma questão subjetiva, porém de grande valia para a construção da luta, que diz respeito ao que podemos denominar de um novo ciclo: a sensação de um recomeço político.

Uma espécie de “final de ano e o emergir de um novo ano”. Todas e todos nós sempre nos renovamos quando estamos diante de um novo ano que se apresenta. Acreditamos que cada CONFASUBRA que elege uma nova direção, em alguma medida é um recomeço. E é isso que de certa forma esperamos. Uma nova direção política para a Federação representa o fim de um ciclo e o início de outro.

Esta edição tem o objetivo justamente de apresentar nossa cobertura jornalística para o conjunto da categoria. E isto tem o intento de fazer com que cada técnico administrativo e cada técnica administrativa

em educação se aproprie do que foi este encontro nacional.

Terminamos dizendo duas coisas: 1) nos parece bastante indicativo termos tido 5 chapas disputando a direção da Federação. Lembremos que no XXII CONFASUBRA houve apenas duas chapas, representando campos políticos não diferentes, mas antagônicos. Importante a categoria se debruçar sobre isto. Porque nesta conjuntura de ataques, nós observamos a fragmentação? A pensar; 2) Fica nosso convite a todas e todos para uma leitura desta edição.



DELEGADOS DA APTAFURG - COLETIVO RESSIGNIFICAR



DELEGADOS DA APTAFURG - COLETIVO UNIR



SINDICATO NA LUTA

EXPEDIENTE

ENDEREÇO
Rua Padre Nilo Gollo, 76,
São Jorge, Rio Grande RS
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417
Email: aptafurg@vetorial.net

COORDENAÇÃO ADM E FINANCEIRA:

Alberto Campos
Celso Luis Sá Carvalho
Marco Antônio Peçanha

COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Jorge Mello
Maria de Lourdes Lose
Zulema Hernandes

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258
Tel.: (53) 99458125 marcioliveira2000@yahoo.com.br

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO

Editora Casalettras
contato@casaletras.com.br

TIRAGEM

1.000 exemplares

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.

ESPECIAL XXII CONFASUBRA

CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DELIBERA POR QUAIS SERÃO OS CAMINHOS DA CATEGORIAS

Aconteceu entre os dias 6 e 11 de maio, em Poço de Caldas, Minas Gerais, o 23º CONFASUBRA, Congresso Nacional da Fasubra, que definiu o plano de lutas para a Federação e a nova gestão para o biênio 2018-2020.

A APTAFURG participou com 14 delegados, sendo 8 pelo coletivo Resignificar e 6 do UNIR, que são correntes sindicais que

têm representação na APTAFURG. Foram 6 dias de muitas discussões, com 1124 delegados e delegadas credenciadas participando de plenárias, grupos de trabalho e mesas temáticas, que tiveram como intuito de organizar a luta e traçar estratégias de enfrentamento contra a retirada de direitos dos trabalhadores.

Na mesa de abertura do evento estive-

ram presentes os atuais coordenadores da Fasubra, Gibran Jordão, Léia de Souza e Rogério Marzolla, das centrais sindicais CSP Conlutas, CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Intersindical, além do representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

O GOLPE E A CONJUNTURA NO BRASIL É TEMA DE DISCUSSÕES NO CONFASUBRA



As vozes do XXIII CONFASUBRA: O Golpe: A luta pela derrubada do avanço neoliberal no Brasil, representado pelo Governo Temer e a direita no País, com a Liberdade de Lula e a possibilidade de participar das eleições, de um lado. De outro é necessário mudar, fazer a resistência e a FASUBRA tem que olhar mais para a base, debatendo assuntos específicos da categoria. Todo o CONFASUBRA foi pausado por essas duas discussões.

No debate sobre a conjuntura, para muitos, o mais importante do congresso, pois demonstra quais serão as linhas guias para a federação durante o período de dois anos.



A abertura da mesa foi com o jornalista e poeta Adalberto Monteiro, integrante da CTB, que fez uma avaliação sobre a conjuntura que o Brasil vive. “Numa das conjunturas mais adversas é que começamos esse congresso. Nós nunca presenciamos uma conjuntura de total ataque aos

direitos dos trabalhadores. Discursos raiosos dos setores fascistas é o que vemos ganhar as ruas e a mídia e, assim se transformar no discurso da corrente. O discurso do ódio é o da destruição da democracia”, salientou Monteiro.

Para Adalberto Monteiro é necessário superar as fronteiras das bandeiras para poder derrubar os inimigos da classe trabalhadora, “os donos de bancos, as Federações das Indústrias, enfim, os donos do capital, esses são os que são contra nossa classe, então devemos ter a grandeza de investir no que nos uni, na nossa condição de trabalhadores, pois é o que nos unifica além da busca da ascensão da democracia. Temos que construir na unidade”.

Outro ponto debatido foram os ataques às democracias e as direitos dos trabalhadores que estão acontecendo no Brasil e na América Latina. “Na Argentina estão tirando os direitos dos trabalhadores, o golpe parlamentar no Paraguai, enfim tantos outros, e isso então não é isolado. E quais são os motivos? Temos a potência imperialista dos EUA, que entendem que não deve haver uma América Latina soberana, então por isso esses ataques a soberania da Venezuela, Bolívia, Equador e Brasil”, finalizou o sindicalista.

Monteiro ainda ressaltou temas como a inexistência de possibilidade de reformas no Brasil pela burguesia brasileira, pois a mesma não admite a diminuição dos lucros de suas empresas. Além disso foi abordado também o Golpe jurídico, parlamentar imposto ao Brasil e, que impede hoje, o Ex-presidente Lula de ser candidato a presidência do País.



A técnica-administrativa em educação Berna Menezes, coordenadora do Assufrgs e integrante da intersindical, ressaltou que o Brasil vive uma situação complexa, um desafio. “Tivemos enfrentamentos e choques importantes nos últimos anos e precisamos fazer um enfrentamento.

As grandes corporações, querem entregar as grandes empresas, Eletrobrás, Correios, Petrobras, etc, aumentando assim as tarifas e dessa forma colocando-as a venda”

Berna também reforçou a ideia de que no Brasil há um estado de exceção, um golpe com características diferentes do Golpe militar, porém, também é um Golpe “A luta contra o fascismo é fundamental para todos nós pois temos que enfrentar.

Outro ponto debatido pela coordenadora da ASSUFRGS, foi que houve uma rearticulação da direita com a hegemonia do capital e, então tem-se a derrubada de Dilma, com o Golpe jurídico-parlamentar. “A direita está unificada contra os trabalhadores, temos que unificar uma frente social para barrar as reformas, pois só assim temos o enfrentamento”, ressaltou Berna.



“Que possamos sair desse congresso da classe trabalhadora com unidade para fazermos a resistência contra a conjuntura que se apresenta”, foi com essa fala que a presidenta da CUT Minas Gerais, Beatriz Cerqueira, iniciou a sua fala. Segundo Beatriz o atual momento é grave e se não houver um correto diagnóstico há uma grande possibilidade de termos uma nova ditadura no Brasil.

“Em 1964 disseram que era uma revo-

lução. Não foi em um dia qualquer que começou a ditadura, pois tudo começou no dia-a-dia, sem ninguém dar-se conta de que começaria um período obscuro de nossa história”, salientou Beatriz quando referiu-se a conjuntura atual do Brasil, no cenário que se apresenta após o Golpe.

Para a presidenta da CUT- MG, o debate atual não é tirar os corruptos do poder e assim reestabelecer a democracia, o debate é que o capital estrangeiro tem diversos interesses nas riquezas do Brasil, como o Pré-Sal, recursos naturais, Os BRICS, entre tantos outros e o Golpe foi a forma encontrada pelo capital para transformar novamente o Brasil num mero quinta de exploração. “O neoliberalismo tem planos para tomar conta do País novamente e o golpe foi contra todos nós. Era necessário implementar um outro estado brasileiro que não seria vencido nas urnas, como por exemplo, os brasileiros querem mais educação, mais saúde, mais avanços sociais e não querem o entreguismo e os golpistas não venceriam de outra forma e por isso, deram o golpe”, destacou a presidenta.



Para finalizar a mesa de Conjuntura Nacional e Internacional, Pedro Rosa coordenador do SINTUFF lembrou que os encaminhamentos do Congresso vão ter uma influência geral na capacidade de luta da categoria e reforçou que quando a classe trabalhadora se une é possível vencer, como foi o caso da Greve Geral de 28 de abril que parou milhares de trabalhadores e trabalhadoras e resultou num impacto expressivo na economia do país.

UNIVERSIDADE, DIREITOS SOCIAIS, DEMOCRACIA E HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS SÃO TEMAS DE DEBATE DURANTE O CONFASUBRA

Com contribuição da Assessoria da ASSUFISM



Com o auditório já lotado, os cerca de 1000 delegados e delegadas credenciadas no XXIII CONFASUBRA, teve início a Mesa de debates Universidade, Direitos Sociais, Democracia e Hospitais Universitários. Temas como a democracia no Brasil, nos dias atuais, nas universidades e o Golpe, as dificuldades e problemas dentro dos hospitais universitários com a EBSERH e questões raciais estiveram presentes nas falas dos diversos representantes das correntes sindicais que compõem o congresso.



O representante do Coletivo Unir, Fernando Maranhão, começou a sua fala lembrando da autonomia das universidades que está sendo afetada a cada momento, principalmente no que se refere aos hospitais universitários, pois com a nova forma de trabalho e a EBSERH, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Maranhão lembrou que a EBSERH foi criada para ser a grande transformação dos hospitais universitários e que na realidade foi um grande engano. “Vemos os hospitais universitários com falta de medicação, falta de leitos, enfim, sem nenhuma melhora. Tudo foi criado apenas ser um grande cabide de empregos político por parte da Empresa”, salientou Maranhão.

Outro elemento salientado na fala foi o congelamento por 20 anos dos recursos para saúde e educação e o resultado dessa ação é o contingenciamento dos mesmos para as universidades. Ainda segundo Maranhão é necessária uma grande mobilização para superar todo esse estrago, unindo técnicos e docentes das universidades para criarem uma unidade para o enfrentamento.



A segunda fala foi do Coordenador de Administração e Finanças da Fasubra, Rolando Malvásio. O primeiro tema abordado pelo mesmo foi a Democracia. “Democracia é saber conviver no contraditório, na convergência, e isso é o que precisamos viver no Brasil. E essa democracia é fundamental para termos acesso aos direitos sociais, pois são duas questões ligadas intrinsecamente”, salientou Rolando Malvásio.

Rolando também lembrou que a falta da democracia é uma porta para a barbárie e ver jovens e adultos defendendo uma intervenção militar é o exemplo claro para a abertura dessa porta.

Segundo Rolando Malvásio a universidade deveria ser o modelo para a democracia, porém muitas vezes não é o que se apresenta. “Dentro das universidades encontramos diversos exemplos que servem exatamente para demonstrar essa inexistência da democracia. Os técnicos não podem sequer eleger um reitor e nem ser um, pois temos apenas 15% dos votos. Outro ponto bem atual são a implementação das 30 horas, pois a ANDIFES, em 2015 não acordou com a FASUBRA quando essa elaborou a portaria que elencava a redução da jornada para todas as universidades brasileiras. Nós tínhamos, nas 30 horas, uma grande conquista para todos os trabalhadores, porém não tivemos o apoio da ANDIFES e então, como acreditar que temos democracia dentro das nossas instituições?” finalizou o coordenador.

Após a fala do Coordenadora Rolando Malvásio, da Fasubra, houve um pedido de ordem por parte de um grupo de mulheres, presente na plenária, solicitando que a mesa fosse reordenada segundo a paridade de gênero. A igualdade que é tão primada entre as discussões da Fasubra, não estava presente nesta mesa, pois ela tinha



sido ocupada apenas por homens. Ao ser acatada a solicitação, cinco mulheres ocuparam a mesa e o debate teve continuidade.

O professor e educador popular da Rede Emancipa, Mauricio Costa, que também participou da mesa começou a sua fala com dois pontos que também estão sendo debatidos no CONFASUBRA e que ressonância com as bandeiras levantadas pela federação: a escravidão e o racismo. “13 de maio, 130 anos da suposta abolição da escravidão do Brasil. O Brasil tem 518 anos e por mais de 350 viveu a chaga da abolição e essa deixou um legado desumano e que as universidades vivem isso. É importante a luta permanente e que o racismo seja definitivamente extirpado dos nossos espaços definitivamente. Temos que lutar todos os dias por essa chaga, para que tenhamos dignidade para todos os homens mulheres negros e negras.”

A quarta componente da mesa que fez sua fala foi a enfermeira Janine, da Universidade Federal do Espírito Santo salientou que na área da saúde, a ideia do Governo é criar um projeto que até 2038, 50% da população já esteja pagando para utilizar serviços básicos, como o SUS. Segundo ela, “Tudo que depende de nós só vai ter jeito se a gente fizer o Fora Temer. Tudo isso só vai ter jeito se conseguirmos construir a nossa unidade. Tudo isso só vai ter jeito se sairmos daqui para unificar com os trabalhadores de todo o país”, desabafa.



Encerrando a mesa o representante do CTB e integrante do Sindicato dos Trabalhadores (as) da Unicamp, João Paulo fez sua fala, lembrando que a situação das universidades hoje é muito diferente do que na década de 1990. Houve um crescimento significativo no que tange à educação e para ele, hoje há um novo paradigma, mas que o Governo retribuiu isso com a PEC55/2016 que congelou os investimentos a educação por 20 anos.

OPRESSÕES: ESSE FOI UM DOS TEMAS DE GRANDE DISCUSSÃO E REPERCUSSÃO DURANTE O XXII CONFASUBRA



O debate foi sobre as diversas formas de opressão que grupos como LGBT, Negros e Negras e Mulheres sofrem no dia-a-dia, nos diversos setores da sociedade e, principalmente dentro das universidades.

Logo após, o militante socialista e fundador do movimento Hip Hop Quilombo, no Maranhão, Hertz, explicou que a burguesia hoje se utiliza das opressões para polarizar os grupos sociais. Relembrando os 130 anos da “abolição da escravidão”, que completa no dia 13 de maio, o militante trouxe um contexto histórico da situação dos negros e negras que foram trazidos ao Brasil e lembrou que o Brasil foi o país que mais importou negros e negras escravizados e que até hoje não há reparação que deixe em pé de igualdade essa população.

“Nós não tivemos reparação alguma. Reparação foi cadeia, reparação foi desemprego. Reparação foi jogar nosso povo nos manicômios. Tinha uma política de exterminar os negros e negras desse país”, afirma Hertz.



A mesa foi composta pela Advogada criminalista e militante do movimento feminista, **Beatriz Luz da Silva**, Advogada, Mestre em direitos humanos e cidadania pela UNB; **Yone Maria Gonzaga**, doutora em Educação, superintendente de políticas afirmativas e articulação institucional da secretaria de estado de direitos humanos de Minas Gerais; **Lucimara da Silva** – “Lumusi Munzanzu”, TAE da UFBA, Médica Veterinária e Mestre em Ética em Pesquisa; **Hertz da Conceição Dias**, Militante do Movimento HipHop “Quilombo Brasil” e Professor de História; **Mariana Lopes**, TAE na UFG, feminista e militante da Resistência do PSOL; e finalizando, **Jupiara Gonçalves de Castro**, ex. diretora da Fasubra, fundadora do núcleo de consciência negra na USP, TAE da CSEB/FMUSP.

Beatriz Luz da Silva, advogada criminalista e feminista foi a primeira a falar e começou a sua fala afirmando que a ideia de opressão de gênero, de raça, pessoas lésbicas trans ou homossexuais, elas estão presentes desde sempre na nossa sociedade e essas pessoas vem sentido a muito tempo o que é a opressão. 'Isso não é uma novidade, mas é sim uma realidade que se demonstra em governos mais a direita, no Brasil e no mundo. Nós vivemos uma dificuldade de retomar os direitos suprimidos. Vemos um movimento forte, de caráter fascista, uma onda fascista e que nesse momento se apresenta com muita força. Nesse sentido os primeiros a sentirem esse retrocesso são os grupos mais vulneráveis”, ressaltou Beatriz.

Para a advogada o mesmo acontece com a violência e essa não atinge a todos da mesma forma. As formas de violência são grandes, mas nem todas as pessoas sofrem da mesma forma. Um exemplo demarcado por Beatriz refere-se os tipos e as formas de violências, pois todas as pessoas estão sujeitas a serem assaltadas, porém um morador da periferia além de correr o mesmo risco, ainda há a chance de ter uma repressão por parte da polícia e esse sujeito ser preso por conta da sua cor, sua classe social.

Yone Gonzaga, técnica-administrativa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destacou que hoje só consegue enxergar a mudança que está acontecendo se esta partir do lugar em que estamos, dentro das universidades, na família, no ambiente de trabalho.

Ao longo de sua fala, Yone questiona até que ponto nós contribuimos para que as opressões acontecem e reforça a importância da interseccionalidade dos discursos das minorias. Durante a mesa, a TAE discorreu sobre uma pesquisa que fez recentemente com a categoria e que evidencia o assédio nas próprias relações entre a categoria e entre os demais setores da universidade.



A técnica-administrativa em educação fundadora do Núcleo de Consciência Negra da USP, **Jupiara Castro**, que também estava na mesa, iniciou falando que dentro do próprio movimento sindical existe a opressão. “Nós construímos o país e é preciso o reconhecimento disso”, afirma Jupiara.

Segundo ela, o racismo ainda está muito presente no

funcionalismo público e isso intensifica quando o governo está nas mãos de uma minoria fascista e opressora.

Jupiara conclui sua fala ressaltando a importância de fazer uma avaliação de tudo que vem acontecendo no país e encontrar medidas de combater essas opressões no cotidiano.

“Nós estamos chamando aqui uma unidade para combater um projeto que está aí. Nós estamos dizendo que temos que ter resistência para combatermos o que está posto e nos apegamos ao pior: se a tinta é mais vermelha ou mais rosada. Eu digo que nós devemos construir passo-a-passo a derrotada deste projeto que está instalado”, afirma Jupiara.



A TAE da Universidade Federal da Bahia, **Lucimara da Silva**, reforça que “somos muitos” e que devemos tomar cuidado porque dentre as formas de morte está a invisibilidade destes muitos. Segundo ela, é muito importante a unidade, desde que esta não apague as diferenças e as especificidades de cada grupo social. “Entre nós reproduzimos ainda comportamentos opressivos”, afirma.

Lucimara reforça que nós precisamos compreender nossos privilégios e reconhecer a diversidade porque não se está falando de massas homogêneas e por isso, é preciso considerar que cada um e cada uma tem uma raça, classe e gênero. Diante de todas as ofensivas do Governo, a TAE destaca que, para ela, a prisão do ex-presidente Lula significa também uma seletividade penal e que essa situação nada mais é, do que a forma que as elites encontram para abater toda e qualquer ameaça à sua hegemonia.



Ao final da mesa, a historiadora e técnica-administrativa em educação da Universidade Federal de Goiás, **Mariana Barbosa**, evidenciou a importância de reconhecer que cada grupo social tem uma especificidade e que por isso é perigoso aglutinar todos num mesmo espaço, ainda mais considerando a importância dos espaços de acolhimento para essas minorias. Para a historiadora, a linguagem inclusiva é um primeiro passo para reconhecer a diversidade dos grupos e despertar a sensibilidade humana.

Ao concluir sua fala, Mariana resalta que opressões não são apenas gênero, orientação sexual e raça; é fundamental incluir no debate e olhar para as questões de violência quanto ao capacitismo e geracional – fazendo referência a intervenção dos aposentados e aposentadas na abertura da mesa.



CONGRESSO DELIBERA PELA CRIAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS LGBT

O XXIII congresso da FASUBRA, que aconteceu entre os dias seis e onze de maio, em poços de caldas deliberou por unanimidade pela criação de uma nova coordenação para a federação, intitulada Coordenação de Políticas LGBT.

Atualmente a temática é debatida dentro da coordenação de políticas sociais. Com essa nova organização a FASUBRA passará de 25 para 27 coordenadores.

Coordenação de Políticas LGBTI
Wellington Pereira e João Paulo

COORDENADOR DA APTAFURG É SUPLENTE NA NOVA DIREÇÃO DA FASUBRA

O coordenador da APTAFURG, Rafael Missiunas, do Coletivo UNIR, elegeu-se durante o XXIII CONFASUBRA, como coordenador suplente da nova direção 2018/2020.

A diretoria da Federação foi eleita no último dia do congresso e o mandato será por 3 anos.



RESULTADO FINAL DAS ELEIÇÕES PARA NOVA COORDENAÇÃO DA FASUBRA

- Chapa 1 – Fasubra Combativa Livre e pela Base**
160 votos (14,55%) – 4 coordenações
- Chapa 2 – CTB por uma Fasubra Classista e de Luta**
157 votos (13,62%) – 4 coordenações
- Chapa 3 – Sonhar Lutar**
369 votos (33,33%) – 9 coordenações
- Chapa 4 – Resignificar a Fasubra pela Base**
85 votos (7,12%) – 2 coordenações
- Chapa 5 – Unir: Unidade, Resistência e Luta**
334 votos (31,37%) – 8 coordenações



Basta uma palavra e...

O que você está lendo no momento? Quais livros estão na sua mesinha de cabeceira? Estou lendo *despacito, despacito* “Sapiens - uma breve história da humanidade”, de Yuval Noah Harari, e devorando “O Estrangeiro”, de Albert Camus. Mas, na verdade, o que eu quero saber mesmo é como você escolhe as suas leituras.

Por exemplo, eu jamais compraria espontaneamente o “Sapiens”, porque o que me faz enrodilhar na poltrona é ficção. Este livro andava saltitando entre a estante da sala e a mesa de cabeceira do meu marido, presente do filho, até que uma colega da Confraria da Leitura sugeriu e o grupo, para minha surpresa, escolheu-o por unanimidade. Leio, sublinho, contorno e anoto nas margens conseguindo vencer no máximo quinze páginas por vez. Na última reunião da Confraria, as primeiras 150 páginas renderam duas horas de acalorada discussão regadas ao mesmo número de térmicas de chá. Você já leu o “Sapiens”? Vale a pena. Sério, vale a pena. Seja para entabular conversa ou gerar debates riquíssimos sobre a razão de sermos como somos e a origem de quase tudo: da sociedade, das leis, da hierarquia, do preconceito, da relação entre homens e mulheres, da relação entre as raças, e por aí vai.

Já com o “O Estrangeiro” a coisa foi diferente. É ficção. Merece uma xícara de café e uma poltrona para se enrodilhar. O modo como escolhi essa leitura foi a principal razão desta crônica. Uma das coisas que me leva a remexer nesta poltrona - será que acontece com mais gente? - é, no meio de um texto interessante, surgir uma alusão a outro livro. Pronto, um título, uma citação, uma poesia é o que basta para me instigar. Como ser curioso é inerente ao homem, na ficção, basta uma cena em que a personagem está entretida lendo algo para despertar o interesse. Melhor ainda na crônica, quando o escritor consegue encaixar uma experiência própria com a de alguma personagem. O autor desperta o interesse do leitor, que corre para comprar o livro. E aí de quem chame isso de consumismo, porque livros, tênis e jeans

não são supérfluos!

Foi assim que aconteceu comigo, quando mal terminei de ler a crônica “Mergulho em Cidreira”, de Pedro Gonzaga, fui até a (única) livraria local: - Vocês têm “O Estrangeiro”, de Albert Camus? Simplesmente, porque na cena da praia em Cidreira, o cronista se lembrou de uma cena na praia de um subúrbio de Argel, no livreto do Camus. E, se a cena numa praia da Argélia poderia levar o Pedro Gonzaga a escrever sobre uma experiência dele em Cidreira, porque eu não seria capaz de matutar algo no nosso Cassino?

Mais tarde, à noite, avistei sobre a mesinha de cabeceira o discreto exemplar furando a fila, dando um empurrão no “Sapiens” e assim passando para o topo da pilha. Simplesmente porque, desde que me conheço por leitora e curiosa, é impossível resistir à uma intertextualidade!

Olhando para as lombadas espalhadas pela casa, e as razões de estarem ali, me esperando, pergunto: - Como você escolheu o que está lendo? Foi indicação? Presente? Pela capa? Por obrigação?

Alison Guedes Altmayer - 24/08/17



Alison Guedes Altmayer, 50, nasceu e mora em Rio Grande/RS, é licenciada pela FURG em Letras Português-Inglês. Em 2010 foi habilitada como Tradutora Pública e Intérprete Comercial pela JUCERGS. Desde 2016 coordena a Confraria da Leitura, um grupo de leitura com encontros quinzenais. Em 2017 publicou três contos e três minicontos, em conjunto com o grupo de escrita criativa “Escritores de Quinta”, no livro “Histórias de Vento, Mar e Amor”. Casada, mãe de três filhos, divide seu tempo entre as traduções, as escritas, muita leitura, a família e o Lord, um schnauzer companheiro.

OS REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO XXIII CONFASUBRA

